



Câmara Municipal de Antonina

Estado do Paraná
PALÁCIO YPIRANGA

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

Assunto: Prestação de Contas Anual referente ao Exercício de 2020 (Processo: 182582/21 – Acórdão nº 343/2022 – 2ª Câmara)

Interessado: José Paulo Vieira Azim (Prefeito Municipal)

Parecer Conclusivo:

Trata-se de julgamento de contas do Poder Executivo do Município de Antonina, referente ao Exercício 2020, analisado previamente no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Paraná através do Acórdão de Parecer Prévio nº 343/2022 – 2ª Câmara (Processo: 182582/21) que opinou pela irregularidade das contas à vista de: 1.- RESULTADO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO DE FONTES NÃO VINCULADAS A PROGRAMAS, CONVÊNIOS, OPERAÇÕES DE CRÉDITO e RPPS; e; 2.- OBRIGAÇÕES DE DESPESAS CONTRAÍDAS NOS DOIS ÚLTIMOS QUADRIMESTRES DO MANDATO QUE TENHAM PARCELAS A SEREM PAGAS NO EXERCÍCIO SEGUINTE SEM QUE HAJA SUFICIENTE DISPONIBILIDADE DE CAIXA.

Inicialmente, é necessário destacar que o julgamento da Prestação de Contas Municipal é dever constitucional e representa uma das mais expressivas prerrogativas institucionais da Câmara de Vereadores, que o exercerá com o auxílio do Tribunal de Contas, nos termos do artigo 31 da Constituição Federal:

Art. 31. A fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei.

§ 1º O controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio dos Tribunais de Contas dos Estados ou do Município ou dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios, onde houver.

§ 2º O parecer prévio, emitido pelo órgão competente sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal.

§ 3º As contas dos Municípios ficarão, durante sessenta dias, anualmente, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade, nos termos da lei.

Sendo assim, vale destacar que a decisão emanada pelo Tribunal de Contas materializa-se como mero opinativo, sendo necessária a avaliação e julgamento por esta Colenda Câmara.